

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Prefeitura de São Paulo



Secretário da Educação, Fernando Padula, na Espanha

SP é premiada por programa que reduziu evasão escolar

A cidade de São Paulo foi premiada no XVIII Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Granollers, na Espanha, com o projeto "Guardiãs da Alimentação Escolar e Busca Ativa Escolar – Programa Operação Trabalho (POT)". A iniciativa recebeu o Prêmio Cidades Educadoras de Boas Práticas em Educação como Fonte de Inclusão e Coesão Social. O secretário municipal da Educação, Fernando Padula, participa do evento e representa a capital paulista na cerimônia oficial de entrega da premiação, marcada para esta sexta-feira (29). Segundo a Prefeitura, São Paulo foi a única cidade brasileira vencedora na edição de 2026 do prêmio internacional. O reconhecimento avaliou 61 propostas apresentadas.

Projeto premiado de São Paulo

Ao todo, 48 cidades de 10 países também participaram. Mas as premiadas foram Lousada, em Portugal, e Medellín, na Colômbia. Outras sete iniciativas receberam menção especial. O projeto premiado de São Paulo reúne ações voltadas à permanência de estudantes na escola, segurança alimentar e acompanhamento de alunos em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa é desenvolvida pelas Secretarias Municipais de Educação.

Reprodução/Magnifico



Adesão foi anunciada pela Secretaria de Educação

Capital entra em prova docente

A cidade de São Paulo passou a integrar a Prova Nacional Docente (PND), avaliação criada pelo Ministério da Educação (MEC) para apoiar concursos e processos seletivos de professores em redes públicas de ensino. A adesão foi anunciada pela Secretaria Municipal de Educação durante evento voltado a debates sobre políticas educacionais. Conhecida informalmente como "Enem dos Professores", a prova será aplicada nacionalmente e poderá ser utilizada por estados e municípios como etapa de seleção para contratação de docentes.

Adesão facultativa por estados

Segundo a Prefeitura, a participação da capital paulista permitirá que o exame seja incorporado a futuros concursos e seleções da rede municipal, conforme previsão em editais específicos. A iniciativa faz parte do programa federal Mais Professores para o Brasil, para criar parâmetros nacionais para avaliação de candidatos a docentes. De acordo com o MEC, a adesão ao exame é facultativa.

LDO 2027 I

A terceira audiência pública para tratar do Projeto da Prefeitura que apresenta a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do ano que vem foi realizada na Câmara Municipal. O debate temático da Comissão de Finanças e Orçamento destacou os modelos de participação social, o Orçamento Cidadão e os CPMs

LDO 2027 II

A Lei de Diretrizes Orçamentárias reúne gastos previstos pela administração pública para o próximo ano, composta pelas metas, prioridades e despesas da administração municipal. A proposta tem o objetivo de orientar a elaboração da LOA, que estima as receitas e fixa as despesas do Executivo para o ano.

Tabagismo I

A Prefeitura de São Paulo registrou aumento nos atendimentos voltados ao combate ao tabagismo nos últimos quatro anos. Dados da Secretaria Municipal da Saúde apontam que os atendimentos passaram de 4.174, em 2021, para 62.635 no ano de 2024, um crescimento superior a 2.300%.

Tabagismo II

Apenas em 2025, até o momento, já foram contabilizadas mais de 35 mil participações no programa municipal de cessação do tabagismo. O serviço é oferecido gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da capital e integra o Programa Nacional de Controle do Tabagismo. O tratamento inclui acompanhamento em grupo.

Tabagismo III

Segundo a Prefeitura, o atendimento prevê encontros semanais nos primeiros meses e acompanhamento ao longo de até um ano. A rede também pode oferecer práticas, como meditação e auriculoterapia, para auxiliar no processo de abandono do cigarro. Para participar, basta procurar uma UBS.

Rodízio suspenso

A Prefeitura de SP informa que o Rodízio Municipal de Veículos estará suspenso durante todo o feriado prolongado de Corpus Christi, entre a próxima quinta-feira (4) e o domingo (7). A medida é possível, por causa da previsão de redução da circulação de automóveis na capital paulista durante o período.



Acordo teve presença do presidente, Ricardo Teixeira (UNIÃO)

Câmara terá atendimento jurídico gratuito

O Posto será instalado no 1º andar do prédio do legislativo

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo firmou um acordo de cooperação com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para instalar um posto de atendimento jurídico gratuito dentro da sede do Legislativo paulistano. A iniciativa tem como objetivo ampliar o acesso da população aos serviços de orientação e assistência jurídica.

O termo de cooperação foi assinado por integrantes da Mesa Diretora da Câmara e pela Defensoria Pública do Estado. A parceria também contou com articulação parlamentar para viabilizar a implantação do novo espaço de atendimento.

Segundo as informações divulgadas, o posto será instalado no primeiro andar do prédio da Câmara Municipal de São Paulo e deverá funcionar de segunda a sexta-feira, entre 13h e 17h. A data de início dos atendimentos ainda será definida pelas instituições envolvidas.

A proposta é oferecer suporte jurídico gratuito para pessoas que não têm condições de arcar com custos de advogados particulares ou despesas judiciais. Entre os serviços previstos estão orientações sobre direitos, encaminhamentos e atendimentos relacionados a diferentes áreas do Direito.

A criação do espaço busca aproximar os serviços da Defensoria da população que circula diariamente pela região central da capital paulista.

A expectativa é que a estrutura facilite o acesso de moradores a informações jurídicas e procedimentos administrativos sem necessidade de deslocamento para outras unidades.

A Defensoria Pública atua na prestação de assistência jurídica integral e gratuita para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. O órgão atende demandas ligadas a áreas como direito de família, saúde, habitação, consumidor e infância, além de atuar em ações judiciais e orientações preventivas.

De acordo com o acordo firmado, os atendimentos ocorrerão presencialmente dentro das dependências da Câmara.

A iniciativa segue modelos semelhantes já adotados em outras cidades brasileiras, onde parcerias entre defensorias e casas legislativas passaram a oferecer serviços de orientação jurídica gratuita à população.

A instalação do posto integra ações voltadas à ampliação do acesso à Justiça e ao fortalecimento de serviços públicos de apoio jurídico. A expectativa das instituições é que o convênio contribua para facilitar o atendimento de cidadãos que necessitam de auxílio jurídico gratuito na capital paulista.

A Câmara Municipal paulistana informou que novos detalhes sobre o funcionamento do serviço e o início das atividades deverão ser divulgados após a conclusão dos procedimentos de implantação da unidade.